



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

IPECE

Informe

Nº 65 – outubro 2013

Perfil do Analfabetismo no Ceará

Análise a partir dos dados da PNAD (2001, 2006 e 2012)

ipece INSTITUTO
DE PESQUISA
E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA
DO CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – Governador

Domingos Gomes de Aguiar Filho – Vice Governador

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Eduardo Diogo – Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – Diretor Geral

Adriano Sarquis B. de Menezes – Diretor de Estudos Econômicos

Regis Façanha Dantas – Diretor de Estudos Sociais

IPECE Informe - nº 65 – outubro de 2013

Elaboração

Luciana de Oliveira Rodrigues

Carlos Alberto Manso

Raquel da Silva Sales

Vitor Hugo Miro Couto

Revisão: *Laura Carolina Gonçalves*

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Disponibilizar informações geosocioeconômicas, elaborar estratégias e propor políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Valores

Ética e transparência;

Rigor científico;

Competência profissional;

Cooperação interinstitucional e

Compromisso com a sociedade.

Visão

Ser reconhecido nacionalmente como centro de excelência na geração de conhecimento socioeconômico e geográfico até 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba

Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE.

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe** disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Nesta Edição

Este Informe analisa o perfil do analfabetismo absoluto no Ceará com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012, na qual o analfabetismo é definido a partir do percentual da população com 15 anos ou mais que não sabe ler ou escrever um simples bilhete em seu idioma de origem.

Segundo os resultados obtidos a taxa de analfabetismo no Estado declinou mais de 30% entre 2001 e 2012, atingindo o percentual de 16% da população de 15 anos ou mais. O perfil elaborado mostra que a população analfabeta se concentra nas áreas rurais do interior do estado, com predominância de pessoas do sexo masculino, que se declararam negras ou pardas e que tinham idade superior a 35 anos.

Dado este perfil, o estudo fez uma análise da relação entre o analfabetismo e o acesso a programas de Alfabetização de Jovens e Adultos. De acordo com os dados, a grande evasão destes cursos representa um grande desafio para uma maior redução do analfabetismo nos dias atuais.

1. INTRODUÇÃO

É comum na literatura sobre educação o entendimento de que uma pessoa encontra-se em situação de analfabetismo absoluto quando, tendo idade maior ou igual a 15 anos, não sabe ler nem escrever ao menos um bilhete simples no idioma que conhece. Assim, define-se taxa de analfabetismo de uma localidade como a razão entre o número de pessoas analfabetas e o total de habitantes com 15 ou mais anos de idade.

Partindo desse pressuposto, segundo a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)¹, o Brasil possui a sétima maior taxa de analfabetismo (9,5%) entre os países da América Latina e do Caribe, à frente apenas de Haiti (41,1%), Nicarágua (30,3%), Guatemala (25,2%), Honduras (19,4%), El Salvador (16,6%), República Dominicana (12,9%) e Jamaica (9,8%). Por sua vez, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o ano de 2012, estima que mais de 13 milhões de brasileiros sejam analfabetos, o que determina uma taxa de analfabetismo absoluto igual a 8,7%.

Levando-se em conta ainda as estimativas da PNAD/IBGE para 2012, com relação à distribuição espacial do analfabetismo, observa-se que a região Nordeste contempla 54% dos analfabetos do Brasil, o que equivale a um contingente de mais de sete milhões de pessoas; destes, por volta de 1,08 milhão vive no Ceará, o que determina uma taxa de analfabetismo igual a 16,3%, fazendo com que o Estado ocupe a 7ª posição neste indicador, entre todas as 27 (vinte e sete) unidades federativas².

Considerando que o domínio da leitura e da escrita constitui-se, entre outros, em um instrumento de apoio à cidadania, à inserção social e à inclusão produtiva, a redução no número de pessoas analfabetas deve ser objetivo permanente de políticas públicas, notadamente com o objetivo de elevar o bem estar social.

Considerando essa importância, o presente estudo traça o perfil da população analfabeta no Ceará e sua evolução recente, compondo ainda um quadro comparativo com o Brasil e a região Nordeste. Retrata-se também a relação do analfabetismo com o acesso aos programas de Alfabetização de Jovens e Adultos

¹ Anuário Estatístico da América Latina e do Caribe de 2010. Disponível em http://websie.eclac.cl/anoario_estadistico/anoario_2010/esp/index.asp.

² Veja a Tabela A1, em anexo ao final do texto.

que, junto ao perfil elaborado, subsidia o debate de ações que visem à redução do analfabetismo no Estado.

Além desta seção introdutória, nas demais seções serão apresentadas as trajetórias das taxas de analfabetismo, a distribuição dos analfabetos por áreas geográficas, por gênero, raça e faixa etária, o perfil do analfabeto em termos de sua inserção no mercado de trabalho e do rendimento domiciliar *per capita*. Uma seção também aborda a relação entre o analfabetismo e o acesso aos programas de Alfabetização de Jovens e Adultos e, por fim, uma seção é dedicada às considerações finais da análise.

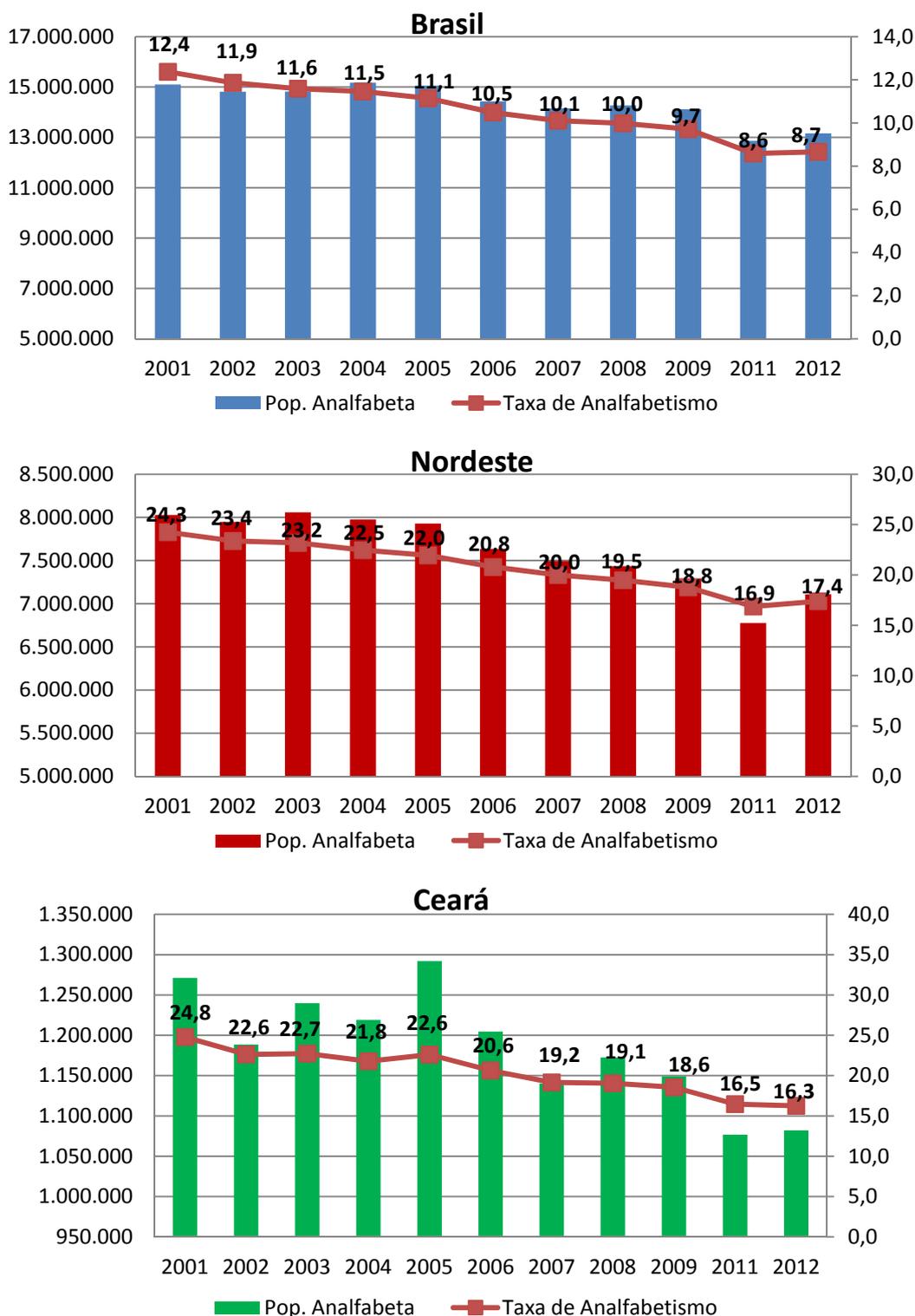
2. TAXAS DE ANALFABETISMO – EVOLUÇÃO NA DÉCADA DE 2001 -2012

O objetivo desta seção é apresentar as taxas anuais de analfabetismo absoluto do Brasil, Nordeste e Ceará no período de 2001 até 2012³. Inicialmente, porém, é relevante observar que a baixa escolaridade e as altas taxas de analfabetismo da população brasileira são reflexos de problemas estruturais históricos, que impediram o acesso de milhões de pessoas ao sistema público de ensino. Como se verá mais adiante, a faixa etária com 65 ou mais anos de idade é a que mais concentra pessoas em situação de analfabetismo. Naturalmente, são indivíduos que, em décadas passadas tiveram maiores restrições de acesso aos níveis básicos de aprendizagem. Todavia, também entre a população mais jovem é possível encontrar um número considerável de pessoas analfabetas, evidenciando que o problema de acesso à educação elementar ainda persiste, apesar do atual contexto de desenvolvimento socioeconômico e dos avanços obtidos rumos à universalização do ensino.

Embora com níveis atuais ainda expressivos, observa-se que na última década a taxa de analfabetismo no Brasil e, analogamente, na região Nordeste e no estado do Ceará seguiu uma trajetória de queda. No Gráfico 1 são apresentadas as evoluções, para o período de 2001 a 2012, das taxas de analfabetismo destas respectivas dimensões geográficas.

³ A fonte dos dados é a PNAD/IBGE e estão contemplados todos os anos do período com exceção ao ano de 2010 em que foi aplicada a pesquisa censitária.

Gráfico 1. Evolução do Analfabetismo- Valor absoluto e Percentual - Brasil, Nordeste e Ceará - 2001-2009 e 2011.



Fonte dos dados: PNAD 2001 a 2009 e 2012. Elaboração: IPECE.

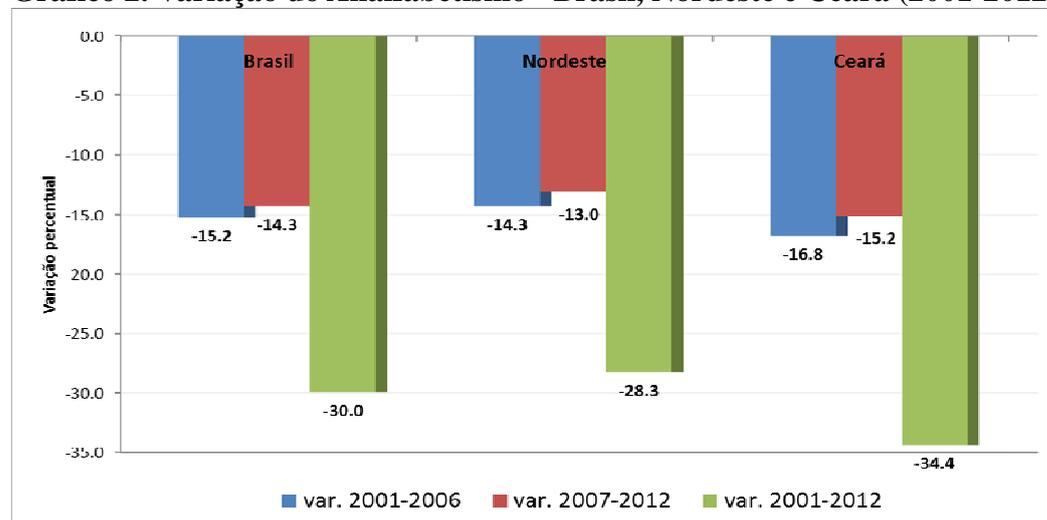
Observa-se que a taxa brasileira de analfabetismo vem caindo nos últimos anos, passando de 12,4% em 2001 para 8,7% em 2012, determinando uma queda de -30,0%. Com relação à região Nordeste, a variação na taxa de analfabetismo foi

inferior à do resto do País (-28,3%), uma vez que este indicador decresceu de 24,3%, em 2001, para 17,4% em 2012. Apesar da trajetória consistente de queda, as taxas de analfabetismo calculadas para o Brasil e o Nordeste apresentaram pequenos aumentos entre 2011 e 2012, movimento que mereceria uma análise mais apurada com o objetivo de averiguar a significância estatística desse aumento, mas fora do escopo do presente trabalho.

Considerando-se o estado do Ceará, observa-se que a taxa de analfabetismo teve redução de -34,4% no período – um desempenho de 4,4 pontos percentual superior ao do Brasil e de 6,1 pontos percentual acima da taxa do Nordeste. Adicionalmente, verifica-se que o Estado possuía taxa de analfabetismo superior à da região Nordeste até 2005; porém, a partir de 2006 passa a apresentar taxas de analfabetismo sempre menores do que as da região.

Ademais, no intuito de se compreender melhor o desempenho relativo do Brasil, do Nordeste e do Ceará, verifica-se a redução do analfabetismo em dois subperíodos: um, de 2001 a 2006 e o outro de 2007 a 2012. No Gráfico 2 estão mostrados estes resultados.

Gráfico 2. Variação do Analfabetismo - Brasil, Nordeste e Ceará (2001-2012).



Fonte dos dados: PNAD 2001, 2006 e 2012. Elaboração: IPECE.

As maiores quedas, em ambos os subperíodos, aconteceram no Ceará. Por fim, é relevante observar que de 2007 a 2012 o analfabetismo no Estado teve redução de 15,2%, contra uma queda de 13% verificada para a região Nordeste e de 14,3% verificada para o Brasil.

3.DISTRIBUIÇÃO E PERFIL DEMOGRÁFICO DO ANALFABETISMO NO CEARÁ

Esta seção apresenta a distribuição dos analfabetos, incluindo tabulações por áreas censitárias (Região Metropolitana, Zona Rural e Zona Urbana), e áreas geográficas (região metropolitana de Fortaleza e interior do Estado). Essa análise se justifica pelo reconhecimento de que a distribuição geográfica dos analfabetos é desigual, fato importante para um melhor desenho de programas e políticas que objetivem reduzir o analfabetismo no Estado.

Na Tabela 1, apresenta-se a divisão do total de analfabetos por Zona (urbana e rural), Área (região metropolitana de Fortaleza (RMF) e cidades do interior do Estado), as variáveis taxa de analfabetismo, número de analfabetos e participação percentual destas pessoas em cada categoria. Os resultados indicam que em 2012, 75,0% dos analfabetos do Estado moravam em municípios localizados no Interior, sendo a taxa de analfabetismo para o conjunto destas localidades de 21,9%, um valor acima do apresentado para o conjunto de municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (9,2%) em quase 13 pontos percentuais.

Tabela 1. Taxa de Analfabetismo por Área e Situação Censitária – Ceará (2001, 2006 e 2012).

Categoria	Taxa de analfabetismo (%)			Distribuição dos analfabetos (%)			
	2001	2006	2012	2001	2006	2012	
Área	Interior	33.6	27.6	21.9	78.9	77.0	75.0
	RMF	12.5	11.2	9.2	21.1	23.0	25.0
Zona	Urbano	19.1	16.6	12.6	58.9	62.1	57.5
	Rural	42.9	34.4	26.9	41.1	37.9	42.5

Fonte dos dados: PNAD 2001, 2006 e 2012. Elaboração: IPECE.

Observando o comportamento do analfabetismo por zona censitária, verifica-se que a maior concentração está entre a população rural - aproximadamente 26,9% das pessoas residentes no campo são analfabetas. Na zona urbana a taxa está bem abaixo desse valor, 12,6%. No entanto, em números absolutos, nota-se que o contingente populacional de analfabetos é maior em áreas urbanas, em decorrência da maior densidade demográfica nas cidades.

Na Tabela 2 tem-se a taxa de analfabetismo no Estado por gênero, cor/raça declarada e a faixa etária. Considerando a taxa de analfabetismo segundo o gênero dos

indivíduos, entre a população masculina, a taxa de analfabetismo em 2012 era de 19,4%, contra 13,4% do sexo feminino. Na composição da população que não sabia ler nem escrever em 2012, a pesquisa mostrou que 57% eram homens e 43% eram mulheres. Esse perfil se contrapõe ao observado para o Brasil em que as mulheres são maioria (percentual igual a 50,3%).

Tabela 2. Taxa de Analfabetismo por gênero, cor e faixa etária – Ceará (2001, 2006 e 2012).

Categoria	Taxa de analfabetismo (%)			Distribuição dos analfabetos (%)		
	2001	2006	2012	2001	2006	2012
Gênero						
Masculino	28,5	23,9	19,4	54,2	55,1	57,0
Feminino	21,5	17,7	13,4	45,8	44,9	43,0
Cor ou raça						
Pardos	27,8	23,2	18,1	70,8	71,0	71,2
Branços	18,8	15,6	11,5	26,7	25,5	22,0
Negros	37,4	24,0	23,7	2,4	3,2	6,6
Outros	14,6	17,4	14,8	0,1	0,3	0,3
Faixa etária						
15-19 anos	6,8	3,3	1,4	4,3	2,3	1,1
20-24 anos	12,4	6,1	3,0	6,8	4,0	2,1
25-34 anos	19,3	13,1	7,4	17,2	14,1	9,4
35-44 anos	24,3	20,2	16,8	17,5	18,1	17,4
45-54 anos	34,1	29,1	20,7	17,3	17,8	19,6
55-64 anos	44,6	41,1	26,5	15,2	18,3	17,3
65 anos ou mais	55,3	53,0	44,4	21,6	25,4	33,2

Fonte dos dados: PNAD 2001, 2006 e 2012. Elaboração: IPECE.

No que diz respeito a cor/raça declarada pelos indivíduos no momento da pesquisa, os resultados para o ano de 2012 indicam que, em números absolutos, a maioria dos analfabetos se declara branco ou pardo – importante destacar que o resultado é esperado, uma vez que mais de 90% da população de 15 anos ou mais de idade no Ceará também se declaram assim em termos de cor ou raça⁴. Por outro lado, na população negra a taxa de analfabetismo é consideravelmente mais elevada, tendo que 23,7% dos negros em 2012 eram analfabetos (sendo que 25,0% dos homens negros e 22,2% das mulheres negras). No grupo de pessoas pardas a proporção de analfabetos era de 18,1% (21,2% dos homens e 15,1% das mulheres), e entre os brancos essa razão era de 11,5%.

⁴ Segundo estimativas dos autores a partir da PNAD de 2012

Considerando a divisão por faixas etárias, tem-se que a taxa de analfabetismo encontra-se em valor inferior para a população mais jovem. Em 2012, a proporção de analfabetos entre os jovens com idade entre 15 e 19 anos era inferior a 1,5%; entre os que tinham entre 20 e 24 anos era de 3%, e conforme se observa grupos etários de maior idade as taxas vão aumentando. Isso permite inferir sobre o fato de que as gerações mais jovens estão tendo um maior e melhor acesso a rede de ensino.

A proporção de pessoas analfabetas declinou nos últimos anos para todos os grupos etários. Comparando os resultados de 2001 com os de 2012, observa-se uma redução significativa na taxa de analfabetismo. Entre os mais jovens a taxa declinou de 6,8% para 1,4%, já relatado anteriormente. Entre os mais velhos, com idade superior a 65 anos, a taxa de analfabetismo foi reduzida de 55,3 para 44,4% ao longo de todo o período considerado.

Isso permite uma demonstração dos avanços educacionais que vem ocorrendo ao longo dos últimos anos e indicando que a meta a ser seguida é a erradicação dessa deficiência educacional. No caso de alguns grupos, essa tarefa representa um grande desafio. No entanto, a análise do analfabetismo no Ceará levando-se em conta certas características populacionais, permite afirmar que o perfil mais frequente inclui pessoas negras e pardas, com 55 anos ou mais de idade e vivendo no interior do Estado, especialmente na zona rural. Relativo à faixa etária deste perfil, cabe ressaltar que reúne pessoas que, quando estavam em idade escolar, não tiveram tantas oportunidades de acesso à educação como as crianças e jovens de agora.

4. INSERÇÃO DOS ANALFABETOS NO MERCADO DE TRABALHO

Um ponto importante na construção de um perfil para a população analfabeta é conhecer a forma como ocorre a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho. Nesse ponto espera-se que trabalhadores mais qualificados consigam uma melhor inserção, não apenas em termos de acesso a postos de trabalho, mas também do ponto de vista qualitativo, auferindo condições de trabalho e melhores rendimentos.

Sobre a inserção no mercado de trabalho dos analfabetos a Tabela 3 apresenta alguns dos principais indicadores relativos ao mercado de trabalho. Os indicadores relativos aos analfabetos são comparados com indicadores obtidos para os alfabetizados.

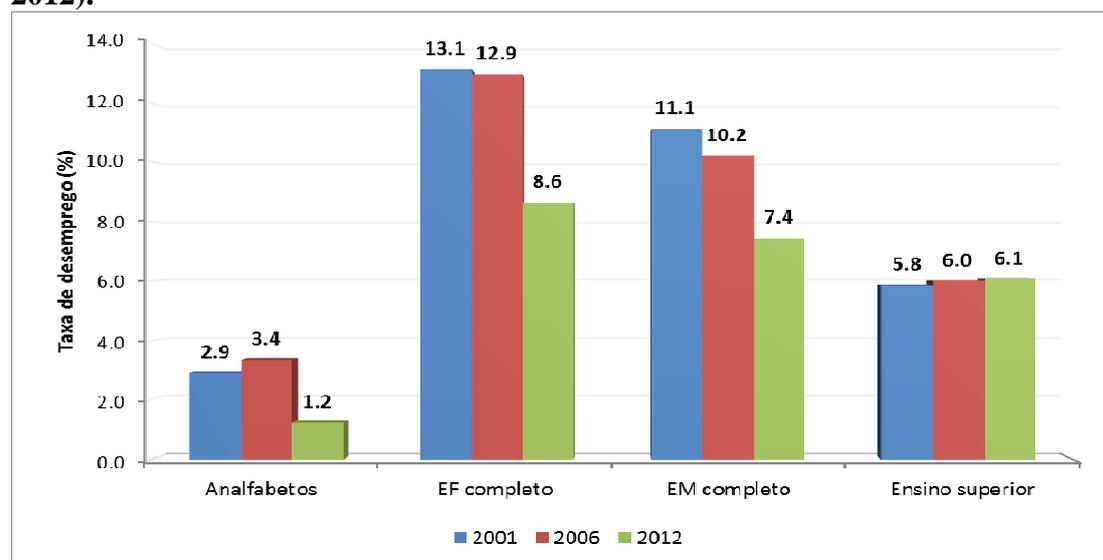
Tabela 3. Inserção no mercado de trabalho dos analfabetos – Ceará (2001, 2006 e 2012).

		2001	2006	2012
Taxa de desemprego (%)	Analfabetos	2,9	3,4	1,2
	Alfabetizados	8,6	8,7	6,3
Taxa de participação (%)	Analfabetos	63,8	62,0	48,6
	Alfabetizados	68,5	69,7	65,0
Taxa de ocupação (%)	Analfabetos	62,0	59,9	48,0
	Alfabetizados	62,6	63,6	60,9

Fonte dos dados: PNAD 2001, 2006 e 2012. Elaboração: IPECE

Curiosamente, a taxa de desemprego entre os analfabetos é inferior à calculada considerando apenas a população alfabetizada. Isso sugere uma demanda aquecida por mão-de-obra com baixa instrução. O Gráfico 3 compara a taxa de desemprego entre os trabalhadores analfabetos com a taxa observada para trabalhadores com níveis de instrução mais elevados, detalhando um pouco mais essa questão.

Gráfico 3. Taxa de desemprego segundo níveis de instrução - Ceará (2001, 2006 e 2012).



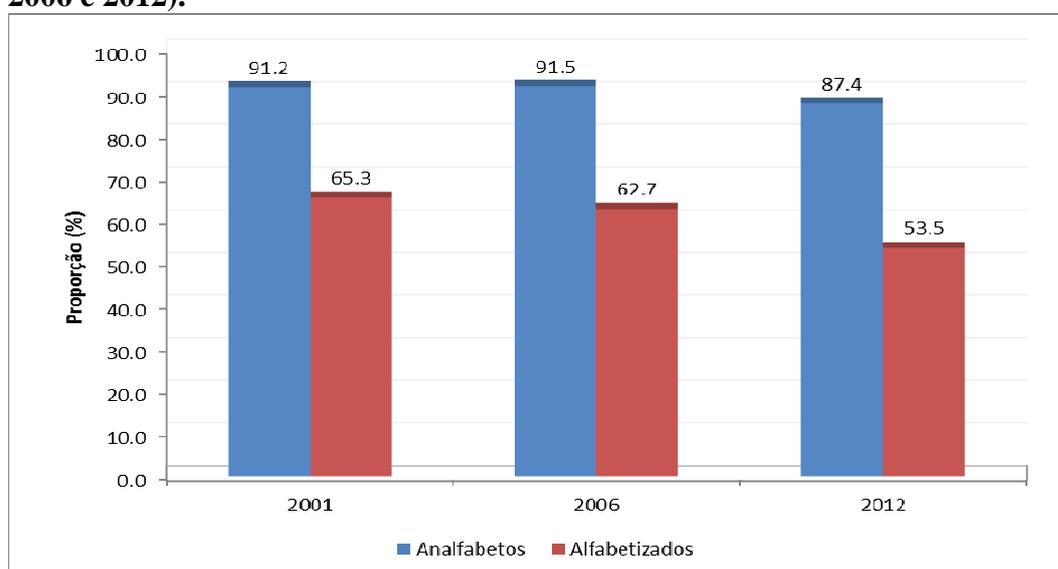
Fonte dos dados: PNAD 2001, 2006 e 2012. Elaboração: IPECE.

A taxa de participação (calculada pela razão entre a população economicamente ativa e a população em idade ativa) consiste num indicador da oferta de trabalhadores no mercado de trabalho. A taxa de participação menor entre os analfabetos reflete que muitos analfabetos em idade ativa não buscam inserção no mercado de trabalho, sejam ocupados ou procurando emprego, ou seja, optam pela inatividade. Já a taxa de ocupação (calculada pela razão entre a população ocupada e a população em idade ativa) mostra um menor nível de ocupação entre os analfabetos.

Sobre a qualidade da inserção dos analfabetos no mercado de trabalho, considera-se o grau de formalização, os setores de atividade e os rendimentos. Observa-se que, apesar da taxa de desemprego entre os analfabetos ser relativamente baixa, a qualidade dessa inserção laboral é relativamente precária.

O Gráfico 4 mostra que entre os analfabetos o grau de informalidade é próximo a 90%, enquanto que entre os trabalhadores alfabetizados o percentual de ocupados informais estava próximo de 53,5% em 2012, com grande redução ao longo do período.

Gráfico 4. Grau de informalidade: analfabetos e alfabetizados - Ceará (2001, 2006 e 2012).



Fonte dos dados: PNAD 2001, 2006 e 2012. Elaboração: IPECE.

A Tabela 4 apresenta taxas de analfabetismo e a distribuição nos analfabetos de acordo com setores de atividade. As taxas de analfabetismo mostram que as maiores proporções de analfabetos estão nos setores da agricultura e da construção civil, com taxas de 32% e 21,5%, respectivamente, em 2012.

Considerando a população analfabeta ocupada e qualificando a sua distribuição entre os setores de atividade, tem-se que a maioria dos analfabetos está empregada nos setores de agricultura (56,7% dos analfabetos em 2012), seguindo pelo setor de serviços (12,8%) e construção civil (11,4%).

Tabela 4. Inserção no mercado de trabalho dos analfabetos – Ceará (2001, 2006 e 2012).

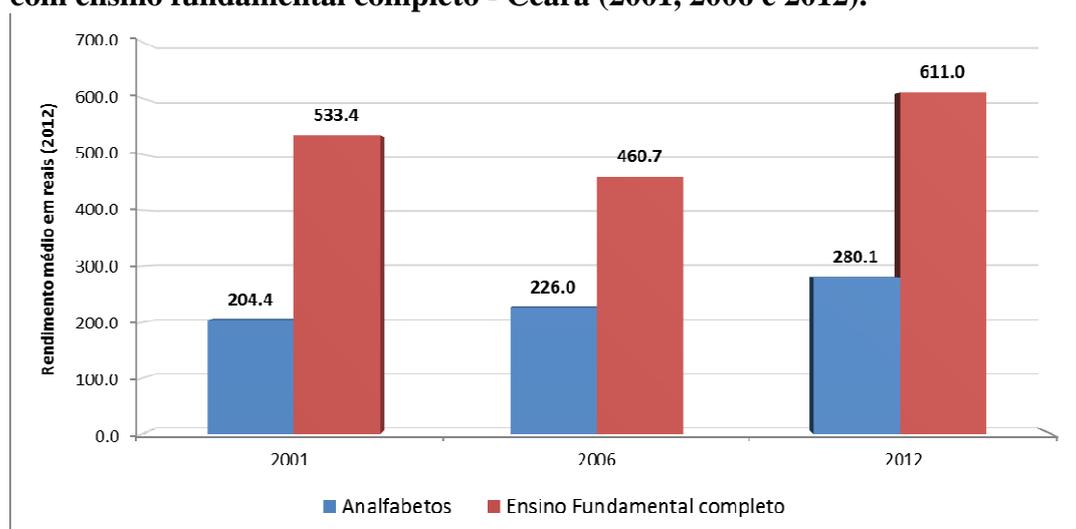
	Taxa de analfabetismo (%)			Distribuição dos analfabetos (%)		
	2001	2006	2012	2001	2006	2012
Agricultura	48,9	40,6	32,0	58,1	59,8	56,7
Indústria	19,2	11,0	6,7	10,2	8,4	7,0
Construção Civil	27,7	24,9	21,5	6,2	7,4	11,4
Comércio	12,7	11,5	6,8	7,5	9,7	8,8
Serviços	12,4	9,7	6,3	16,5	12,4	12,8
Administração pública	4,9	6,6	5,1	0,7	1,3	2,2
Outras atividades	16,5	4,3	2,6	0,8	1,0	1,1

Fonte dos dados: PNAD 2001, 2006 e 2012. Elaboração: IPECE.

Como muitos estudos da área econômica mostram, existe uma forte correlação entre o nível de escolaridade de uma pessoa e sua renda. Assim, a estimativa do rendimento médio tem uma grande relevância na qualificação da inserção dos trabalhadores analfabetos.

No presente caso, vamos considerar o rendimento médio obtido pelos analfabetos no mercado de trabalho e comparar estes rendimentos com os obtidos por indivíduos ocupados com níveis de instrução mais elevados. O Gráfico 5 mostra o diferencial de rendimentos entre trabalhadores que são analfabetos e os que possuem apenas o ensino fundamental completo.

Gráfico 5. Rendimento mensal médio do trabalho: analfabetos e trabalhadores com ensino fundamental completo - Ceará (2001, 2006 e 2012).



Fonte dos dados: PNAD 2001, 2006 e 2012. Elaboração: IPECE.

Essa informação mostra que o ensino elementar já proporciona um diferencial sobre o rendimento médio superior a 50%. Em 2012, um trabalhador analfabeto auferia apenas o equivalente a 46% do que um trabalhador com apenas o ensino fundamental completo obtinha.

Essas informações confirmam a precariedade da inserção dos analfabetos no mercado de trabalho.

5. PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: COBERTURA E EFICIÊNCIA

Os programas de Alfabetização de Jovens e Adultos - principais políticas de combate ao analfabetismo, criados pelo Governo Federal com o apoio dos Estados e Municípios - são oportunidades de inclusão social e de elevação da escolaridade daquelas pessoas momentaneamente excluídas do sistema de ensino. Esta seção procura contribuir para a compreensão da cobertura e da eficiência destes programas.

Como se sabe, uma das principais causas da queda do analfabetismo é o chamado efeito demográfico, isto é, a substituição da população adulta analfabeta pela população jovem alfabetizada. Naturalmente, o processo dinâmico de substituição da sociedade não deve ser o único mecanismo de erradicação do analfabetismo.

Sendo assim, para aumentar o nível de escolarização da sociedade, o Estado assume um papel importante, principalmente na oferta e na manutenção da qualidade do ensino. Portanto, cabe-lhe, de forma específica, ofertar, gratuitamente, cursos para jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade adequada.

O Programa de Alfabetização Solidária, criado em 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso que foi substituído pelo Programa Brasil Alfabetizado, no governo Lula, são as principais políticas desenvolvidas pelo governo federal no combate ao analfabetismo absoluto. Idealizados com a finalidade de promover a superação do analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade, estes programas atuam em todo o território brasileiro, todavia suas ações são priorizadas naqueles municípios em que a taxa de analfabetismo é consideravelmente mais elevada. À região Nordeste pertence a maior parte destes municípios.

De acordo como os resultados divulgados pelo Ministério da Educação, o Programa Alfabetização Solidária deste a sua criação até 2002 já havia atendido 5,5 milhões de pessoas em 2.433 municípios; o Programa Brasil Alfabetizado, por sua vez, atendeu de 2003 a 2010, mais de 12 milhões de pessoas⁵.

Na Tabela 5 é mostrada a taxa de analfabetismo considerando pessoas que tiveram ou não a oportunidade de frequentar escola ou creche. De acordo com os resultados, 52,8% dos analfabetos frequentaram escola ou creche em algum momento de suas vidas, sendo que isto não foi suficiente para aprender a ler e escrever.

Tabela 5. Taxa de Analfabetismo da população que frequentou ou não escola ou creche– Ceará, 2012.

		Anteriormente frequentou escola ou creche		
		Sim	Não	Total
Sabe ler e escrever	Sim	4.580.217	49.887	4.630.104
	%	98,9	1,1	100
	Não	562.527	508.727	1.064.650
	%	52,8	47,8	100
	Total	5.142.744	558.614	5.701.358
	%	90,2	9,8	100

Fonte dos dados: PNAD 2012. Elaboração: IPECE.

Devido à perda de informações na base de dados, já que muitas das entrevistas coletas pela PNAD são dadas por algum membro do domicílio do analfabeto e não por ele próprio, não é possível analisar a condição de acesso à escola de todas as pessoas sem instrução no Estado. Mas, entre aquelas pessoas que responderam ao questionário e que tiveram acesso a escola é possível saber qual o curso mais elevado que ela frequentou. Filtrando os dados para a população que teve acesso aos programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, observa-se que quase 63,2% das pessoas permaneceram analfabetas.

Tabela 6. Taxa de Analfabetismo por curso mais elevado que frequentou – Ceará, 2012.

		Curso mais elevado que frequentou: Alfabetização de Jovens e Adultos	
		Número absoluto	Percentual (%)
Sabe ler e escrever	Sim	23.165	36,8
	Não	39.845	63,2
	Total	63.010	100

Fonte dos dados: PNAD 2012. Elaboração: IPECE.

⁵ Mais informações podem ser consultadas no site: <http://www.alfabetizacao.org.br/site/home.asp> e no http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=86&id=12280&option=com_content.

Naturalmente, é necessário compreender se estes resultados são consequência da ineficiência dos cursos de Alfabetização de Jovens e Adultos ou da falta de interesse do público alvo. Uma das perguntas feitas pelo questionário é se a pessoa concluiu o curso que frequentou anteriormente. Fazendo-se este filtro, observou-se que da população que continua analfabeta, mesmo tendo frequentado o curso, todas não concluíram o curso. Outro resultado interessante é que, da população que frequentou o curso, apenas 14,6% permaneceram nele até que fossem concluídas todas as etapas de alfabetização.

Portanto, é possível concluir que os programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, embora possuindo um papel importante na alfabetização da população que não teve acesso à escola na idade adequada, têm seus resultados limitados pela grande evasão - 85,4% dos que frequentaram não concluíram o curso -, o que, naturalmente, prejudica o aprendizado da leitura e da escrita.

Tabela 7. Taxa de Analfabetismo cujo curso mais elevado que frequentou foi Alfabetização de Jovens e Adultos - concluiu ou não- Ceará, 2012.

Condição de Alfabetização		Concluiu este curso que frequentou anteriormente		
		Sim	Não	Total
Sabe ler e escrever	Sim	9.190	13.975	22.644
	%	39,7	61,7	100
	Não	0,0	39.845	33.168
	%	0,0	100	100
	Total	9.190	53.820	63.010
	%	14,6	85,4	100

Fonte dos dados: PNAD 2012. Elaboração: IPECE.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A redução do analfabetismo segue uma trajetória histórica ao longo das últimas décadas⁶. Apesar dos avanços observados nas últimas décadas, o patamar das taxas de analfabetismo no Ceará ainda causa certo desconforto. Mesmo com um forte avanço no longo prazo, o perfil da parcela da população que ainda persiste nessa estatística mostra grandes desafios para a erradicação do analfabetismo.

Os dados do presente estudo mostraram um perfil da população analfabeta em que a maior incidência ocorre entre adultos do sexo masculino, negros ou pardos e que residem na área rural dos municípios do interior do Estado. Alcançar esse grupo populacional com programas de alfabetização constitui o grande desafio para reduzir a taxa de analfabetismo para patamares ainda menores.

Em termos mais específicos, o problema a ser enfrentado é o de atrair e manter as pessoas em situação de analfabetismo nos Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos que, apesar de se constituírem uma das principais ferramentas governamentais para este fim, possuem resultados limitados pela grande evasão e pela falta de interesse do público alvo.

Alguns caminhos podem ser sugeridos, como a formulação de mecanismo de estímulos e formação de classes que atendam às necessidades individuais de cada faixa etária ou grupo, considerando as limitações de cada geração e principalmente respeitando as diferenças culturais. Ademais, é necessário avaliar a oferta de transporte escolar, notadamente para a população que vive nas zonas rurais, com uma consideração especial devido a maior parte dos cursos de alfabetização serem ministrados no período noturno.

As considerações apresentadas nesse breve relatório buscam auxiliar na compreensão do problema e oferecer subsídios para ações que possam saná-lo. Obviamente, a questão do analfabetismo envolve mais do que cifras para a avaliação política e econômica; a capacidade de ler e escrever, o domínio da leitura e da escrita representam mais do que um direito dos indivíduos, é um instrumento que facilita o exercício da cidadania, melhora a autoestima e promove inclusão produtiva, melhorando, desta forma, as relações institucionais, o crescimento econômico e a promoção do bem-estar social.

⁶ Dados censitários a partir de 1940 mostram uma queda persistente ao longo do tempo.

ANEXO:

Tabela A1: População e proporção de analfabetos (taxa de analfabetismo) – Unidades da Federação (2001, 2006 e 2012).

	2001		2006		2012	
	População	(%)	População	(%)	População	(%)
Rondônia	63.357	10,18	113.344	10,62	102.705	8,57
Acre	43.085	16,72	78.031	17,51	71.583	13,46
Amazonas	112.947	7,74	173.172	7,83	208.993	8,27
Roraima	20.847	11,46	24.150	8,81	25.007	7,39
Pará	321.109	11,15	641.423	13,34	596.369	10,52
Amapá	24.035	7,15	21.998	5,34	33.229	6,72
Tocantins	148.828	18,49	137.461	14,93	140.697	13,40
Maranhão	871.593	23,40	960.225	22,79	988.931	20,84
Piauí	578.459	29,41	570.327	26,23	452.720	18,83
Ceará	1.271.185	24,78	1.204.744	20,63	1.082.148	16,25
Rio Grande do Norte	482.715	24,19	490.511	21,81	406.423	16,04
Paraíba	656.279	27,19	611.170	22,73	546.532	18,59
Pernambuco	1.231.101	22,03	1.139.278	18,65	1.144.820	16,74
Alagoas	588.385	30,59	553.528	26,44	512.702	21,84
Sergipe	267.066	21,43	263.783	18,22	262.779	16,31
Bahia	2.080.738	22,84	1.841.113	18,59	1.712.253	15,86
Minas Gerais	1.545.456	11,68	1.311.208	9,08	1.160.312	7,36
Espírito Santo	257.892	11,47	241.486	9,49	191.736	6,73
Rio de Janeiro	628.014	5,64	526.751	4,25	497.634	3,79
São Paulo	1.700.261	5,98	1.544.362	4,98	1.286.791	3,81
Paraná	608.150	8,65	504.886	6,57	442.999	5,26
Santa Catarina	243.904	5,94	233.847	5,06	163.107	3,15
Rio Grande do Sul	477.019	6,25	424.594	5,24	370.753	4,26
Mato Grosso do Sul	156.088	10,25	146.243	8,46	139.002	6,99
Mato Grosso	203.758	11,19	193.726	9,23	192.504	8,05
Goiás	433.017	11,67	410.601	9,60	357.360	7,29
Distrito Federal	85.284	5,55	68.426	3,77	72.894	3,49

Fonte dos dados: PNAD 2001, 2006 e 2012. Elaboração: IPECE.